

Agricultura familiar, desafios e oportunidades da Cooptarumã nas comunidades do Tarumã-Açu, Manaus, AM

O artigo é o resultado da pesquisa com associados da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores das Comunidades Novo Paraíso e Frederico Veiga do Tarumã-Açu (Cooptarumã), Manaus, AM. A pesquisa faz uma análise do processo de urbanização da cidade de Manaus, da dinâmica do espaço rural do município, dos sistemas de cultivo e de geração de renda dos associados, bem como analisa os desafios e as oportunidades para os agricultores e para a cooperativa no mundo rural manauara. Para alcançar os objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, documentos e outras fontes de informação sobre o processo de urbanização, a relação entre urbano e rural e a dinâmica econômica, da qual resultou a Manaus atual (2020). Realizaram-se entrevistas com os agricultores associados da cooperativa nas duas comunidades. Entre os desafios para a cooperativa e agricultores podemos citar a dificuldade de acesso às tecnologias e políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, de crédito, regularização fundiária, a organização da produção dos associados, a agregação de valor dos produtos e a viabilização do acesso aos mercados. Entender as transformações do meio rural para convertê-las em oportunidades, para a cooperativa e agricultores, é outro desafio que permite organizar um conjunto de produtos e serviços para a geração de renda não agrícola. Como oportunidades constata-se o imenso mercado consumidor de Manaus, a possibilidade de formar redes de produtores e consumidores, além do potencial de gerar renda a partir de atividades não agrícolas.

Palavras-chave: Cooperativa; Desafios e oportunidades; Comunidades; Mundo rural de Manaus.

Family farming, challenges and opportunities of Cooptarumã in the communities of Tarumã-Açu, Manaus, AM

The article is the result of a survey with members of the Agroindustrial Cooperative of Producers from the Novo Paraíso and Frederico Veiga do Tarumã-Açu – Cooptarumã, Manaus, AM communities. The research analyzes the urbanization process in the city of Manaus, the dynamics of the municipality's rural space, the farming and income generation systems of its members, as well as the challenges and opportunities for farmers and the cooperative in the world rural manauara. To achieve the objectives, a bibliographic search was carried out on articles, documents and other sources of information on the urbanization process, the urban/rural relationship and the economic dynamics, which resulted in the current Manaus (2020). Interviews were carried out with the cooperative's associated farmers in both communities. Among the challenges for the cooperative and farmers we can mention the difficulty of access to technologies and public policies of technical assistance and rural extension, credit, land tenure, the organization of the production of the members, the aggregation of value of the products and the feasibility of access to the products. markets. Understanding the transformations of the rural environment to convert them into opportunities, for the cooperative and farmers is another challenge, which allows organizing a set of products and services for the generation of non-agricultural income. As opportunities we can see the huge consumer market in Manaus, the possibility of forming networks of producers and consumers. The potential to generate income from non-agricultural activities is also another opportunity.

Keywords: Cooperative; Challenges and opportunities; Communities; Rural world of Manaus.

Topic: **Extensão e Desenvolvimento Rural**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Received: **04/12/2020**

Approved: **23/12/2020**

Lindomar de Jesus de Sousa Silva 

Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/5391359850487191>

<http://orcid.org/0000-0002-4816-486X>

lindomar.j.silva@embrapa.br

Gilmar Antonio Meneghetti 

Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/5737797970822733>

<http://orcid.org/0000-0001-5645-8916>

gilmar.meneghetti@embrapa.br

José Olenilson Costa Pinheiro 

Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0375004474739689>

<http://orcid.org/0000-0003-0036-6646>

jose.pinheiro@embrapa.br

Alessandro Carvalho dos Santos 

Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6850507176362813>

<http://orcid.org/0000-0003-0116-7155>

alessandrocarvalho1999@gmail.com

Antônio Iralton Hipólito da Fonseca 

Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/5320052636372880>

<http://orcid.org/0000-0002-3613-1032>

saopedrofonseca@yahoo.com.br

Adelyane Lobato Ossame 

Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/5733626635904016>

<http://orcid.org/0000-0002-4599-717X>

adelyane@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2020.007.0010

Referencing this:

SILVA, L. J. S.; MENEGUETTI, G. A.; PINHEIRO, J. O. C.; SANTOS, A. C.; FONSECA, A.; OSSAME, A. L.. Agricultura familiar, desafios e oportunidades da Cooptarumã nas comunidades do Tarumã-Açu, Manaus, AM. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.11, n.7, p.102-125, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.007.0010>

INTRODUÇÃO

A cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, é a sétima cidade mais populosa do País, com mais de dois milhões de habitantes, e concentra mais da metade da população do estado. Decorrente dessa concentração de pessoas se impõem diversos desafios de ordem socioeconômica e ambiental. A situação atual da cidade tem raízes históricas relacionadas aos modelos de desenvolvimento econômico implementados: primeiro a borracha e mais recentemente, a partir do final dos anos 1960 e ainda vigente, um processo de industrialização, que tem sua sustentação nos incentivos fiscais concedidos pelo poder público, ao longo do tempo.

O artigo analisa o processo de urbanização da cidade de Manaus, a dinâmica do espaço rural do município, os sistemas de cultivo, a geração de renda e desafios do mundo rural manauara. Para a análise foram obtidas informações de pequenos agricultores das comunidades Novo Paraíso e Frederico Veiga, que nos últimos anos decidiram investir os poucos recursos disponíveis e seus esforços para consolidar suas pequenas unidades, por meio da implementação de um sistema de produção de alimentos diversificado. Para isso, em 2016, os agricultores criaram a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores das Comunidades Novo Paraíso e Frederico Veiga do Tarumã-Açu (Cooptarumã), como instrumento de apoio ao processo de organização da produção e comercialização (feiras e mercados urbanos), pensando, num futuro próximo, na agregação de valor para os seus produtos. Para consolidar esses objetivos, os agricultores estabeleceram relações e parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão para auxiliá-los.

A determinação e o empenho dos membros da cooperativa em assumir o papel de protagonistas induziram à reflexão, com a finalidade de entender a evolução da urbanização e as dinâmicas relacionadas à questão urbano/rural da cidade de Manaus. O texto apresenta alguns aspectos da história da cidade relacionados ao processo de migração do campo para cidade e suas relações com as principais atividades econômicas desenvolvidas no estado, incluindo a aceleração da urbanização promovida pela criação da Zona Franca de Manaus.

No artigo são enfatizados os desafios contemporâneos e as oportunidades para que a Cooptarumã efetive os objetivos e estabeleça estratégias que viabilizem a instituição e seus associados para novas demandas às comunidades rurais do Amazonas, em razão principalmente da grande concentração urbana que demanda por alimentos. Uma dessas demandas está contida na expressão de Veiga (2007), ao dizer que “cidade e o campo se casaram: enquanto ela cuida de lazer e do trabalho, ele oferece liberdade”. A concepção defendida por Veiga coaduna com a de Bagli (2006), que defende não haver entre o campo e a cidade “uma oposição sem complementaridade, como se houvesse uma independência total entre eles. Há, sobretudo, uma contradição, fortalecida e complementada pela diferença”. No espaço rural do município de Manaus, nas comunidades do Tarumã-Açu, se estabelecem interações que dão lugar a territorialidades ímpares, que necessitam ser delineadas e compreendidas (ARAÚJO et al., 2003).

Para alcançar os objetivos de entender os desafios e as oportunidades das zonas rurais do município de Manaus foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, documentos e outras fontes de informação

relacionadas ao processo de urbanização, a relação urbano e rural e ao papel da dinâmica econômica na construção da fisionomia atual de Manaus. Essas informações foram tabuladas e analisadas, tendo como foco os associados da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores das Comunidades Novo Paraíso e Frederico Veiga do Tarumã-Açu (Cooptarumã), seus aspectos sociais, econômicos e produtivos.

O artigo trata dos desafios da expansão do mundo urbano sobre o meio rural da cidade de Manaus. O primeiro desafio é compreender as transformações urbanas e rurais e seus reflexos sobre as comunidades decorrentes de maior interação entre o campo e cidade. Dentro dos aspectos relacionados ao conhecimento é necessário que as comunidades criem estratégias voltadas a impulsionar o desenvolvimento das suas atividades e, conseqüentemente, de suas unidades produtivas e das comunidades, ampliando assim a renda e o acesso a bens e serviços essenciais para o bem-estar comunitário. Uma forma encontrada pelos agricultores das comunidades de Tarumã-Açu foi a criação da cooperativa como estratégia de organizar a produção e a comercialização, o acesso a tecnologias agropecuárias e a ampliação de parcerias com instituições de ensino pesquisa e extensão, voltadas a adequar os sistemas produtivos às exigências socioeconômicas e ambientais. O texto expõe os desafios, as oportunidades e ações que estão sendo realizadas, evidenciando oportunidades para a pequena agricultura, tendo como *locus* de estudo a Cooptarumã, nas comunidades de Frederico Veiga e Novo Paraíso, no município de Manaus.

REVISÃO TEÓRICA

Alguns elementos para a reflexão sobre o urbano e o rural

O urbano e o rural são temáticas complexas, com elementos abrangentes e que se sobreiam e “a distinção e delimitação entre a cidade e o campo tornaram-se uma tarefa mais difícil” (ARAÚJO et al., 2009). Para Endlich (2006) esse debate não é recente, ele “percorre a história e inclui elementos que oscilam no decorrer dela. As considerações teóricas alteram-se conforme as dimensões espaço-temporais, por isso deve-se considerar o período histórico” em que os fatos analisados estão sendo tratados.

Para Rua (2006) há novas imagens e sentidos que superaram os que dominavam e qualificavam o rural e o urbano e suas relações. Para o autor, as novas relações “remetem para outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola”, como também, ao “mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano integram-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades”.

Para Oliveira (2004) o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorreu com a expansão do “urbano, o urbano tornou-se, assim, maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro”.

Os estudos de Blume (2004) tendo como foco o rural e o urbano observa, nas análises sociológicas, três abordagens distintas ao longo do século XX. A primeira, considerada clássica, compreende o período de

1900 até meados de 1950. Nesse período a abordagem do rural “como problema empírico, é analisado pelos estudos voltados para a comunidade, através dos enfoques dicotômicos. Estes proporcionaram a origem da teoria do *continuum* rural-urbano, que levaram o rural a ser condicionado como um resíduo”. O segundo período, que vai de 1950 ao início de 1970, é “marcado pelo predomínio do enfoque difusionista e gerador da crise da ‘rural sociology’. Neste período o rural torna-se sinônimo de agrícola”. Para a autora, o terceiro período inicia-se a partir de 1970 e prolonga-se até os dias atuais e tem como marca a sociologia da agricultura como “enfoque político-econômico de análise pluralista” e entende que “o rural não se encontra restrito às práticas agrícolas”.

Alentejano (2003) entende que as aceleradas modificações do rural e sua interação rural-urbana têm suscitado novos desafios aos estudos, pesquisas e a formulações de novas teorias e conceitos para o entendimento dessa nova realidade. Silva (1999) afirma que o “meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções” com a inclusão de “novas atividades rurais, agrícolas e não agrícolas altamente intensivas e de pequena escala, tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais ser chamados de agricultores ou pecuaristas”. Para o autor, essa modificação faz com que, muitas vezes, os que vivem no meio rural não possam ser chamados de “produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não agrícolas e/ou urbanas”.

A análise de Silva (1996) mostra que as “cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”. Ocorre, nesse processo, maior gradação entre o urbano e o rural. Isso significa que não há como diferenciar o rural do urbano e o urbano do rural, os dois deixam de existir, enquanto modelo ideal, como padrões de simbologia e arquétipos claramente definidos. Segundo Gómez (2003), isso significa que:

1. A população rural se dedica quase exclusivamente às atividades agropecuárias;
2. Estas atividades se encontravam regidas por ciclos naturais sem maior capacidade de interferência do homem.
3. Esta regulação das atividades através de ciclos naturais gera em seus habitantes uma noção do tempo e seu uso, que contribui para a construção de uma cultura específica.
4. A população rural se encontra dispersa em territórios de baixa densidade. Ignora-se o entorno ‘urbano’ das comunidades rurais.
5. A dispersão, e relativo isolamento, impede a essas populações acessar a condições de bem-estar (serviços e infraestrutura básicos) e aos avanços da cultura (alto índice de analfabetismo e más condições de educação).
6. Subvalorização do rural e supervalorização do urbano, criando condições para fortes fluxos migratórios do campo para as cidades.

Carmo (2009) analisa que o “espaço rural tem sofrido um conjunto de mudanças estruturais resultantes fundamentalmente do processo de urbanização que se estende e penetra em áreas significativas das zonas rurais”. Para o autor é necessário entender que “as influências da urbanização não podem ser vistas de forma homogênea, elas não se generalizam e não são apropriadas da mesma maneira pelas diferentes localidades e comunidades” e “todos esses processos compreendem uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização”. Sendo assim, é preciso considerar que a “modernização e a urbanização que penetram em espaços considerados rurais resultam de processos ativos e dinâmicos, desencadeados paralelamente pelas próprias comunidades locais, que

interpretam e se apropriam singularmente de uma série de fatores de ordem socioeconômica e sociocultural” (CARMO, 2009).

Massoquim et al. (2013), com base na leitura de Grammont (2005), colocam dois elementos principais como fatores no processo de urbanização do campo: “Foram incrementadas as ocupações não agrícolas no campo; segundo, os meios de comunicação de massa (rádio, televisão, telefone, celulares e *internet*) chegaram até as regiões mais distantes”. As redes sociais reconstróem “comunidades camponesas no lugar de migrações”. O autor lembra que há uma relação de mão dupla, que pode ser vista na “ruralização da cidade, porque as cidades latino-americanas, em razão da falta de desenvolvimento urbano, se parecem com *grandes fazendas*”.

O entorno de grandes cidades, e aqui citamos Manaus, passou por grandes transformações e isso é motivo de preocupação. Entre as mudanças que ocorreram, Marques (2000) aponta a transformação “ambientalista-paisagista”, que, no caso da região estudada, fomenta a relação do morador da cidade com o meio rural. Essa transformação induz a “contemplação e preservação da paisagem; desagricolização/socialização da paisagem/apropriação elitista; diversificação de cenários; gestão das paisagens e da beleza estética das zonas rurais”, entre outras.

Dentro das mudanças decorrentes da relação urbano-rural, há alterações nas práticas agricultáveis, como a redução das áreas plantadas, por diversos motivos, entre os quais está a incorporação de novas atividades com potencial de garantir a reprodução familiar. Nesse sentido, o agricultor busca um equilíbrio e uma complementaridade entre as atividades novas, fruto da relação com a cidade, e as antigas, relacionadas à sua condição de agricultor. Desta forma, não existe o fim do agricultor, e sim uma busca por adequação ao novo momento, fruto dessa interação entre o campo e a cidade. Para Woortman (1990), nessas áreas não há mais os “camponeses puros”, e sim camponeses com diferentes “graus de articulação ambígua com a modernidade”.

A reflexão de Carneiro (1997) aponta para a necessidade de considerarmos as relações sociais como foco de análises, principalmente “porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores distintos, sejam eles tidos como de origem *urbana* ou *rural*”.

A questão da relação e conflitos do rural, no contexto de regiões metropolitanas, segundo Sousa et al. (2013), está ligada: “a) a necessidade de produção *versus* a busca de preservação do meio ambiente; (b) a busca de preservação ambiental em espaços rurais *versus* a exploração dos mesmos por atividades turísticas e de lazer; (c) ao uso de espaços rurais para moradia de pessoas que trabalham nos centros urbano, entre outros”. Pelo exposto, é necessário analisar a relação rural/urbano no contexto de Manaus, numa perspectiva que engloba esses dois ambientes numa lógica em que existem e avançam em relações específicas capitalistas, como: o trabalho assalariado sem a supressão das atividades agrícolas e as relações decorrentes e inerentes, ou seja, não há uma sujeição total do modo de vida ao capital urbano.

O processo de urbanização da cidade de Manaus: raízes históricas

A região Amazônica passa a fazer parte do comércio mundial a partir das atividades extrativistas,

iniciando com a exploração das chamadas “drogas do sertão” (ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, castanha-do-pará e guaraná). No século XIX inicia a extração do látex para a produção de borracha demandada pelo mercado mundial. O monopólio da região Amazônica de produção natural motivou a criação de um sistema de exploração da coleta, em que o seringal passou a ter uma organização socioeconômica dotada de regras que regulavam o abastecimento, a comercialização de produtos alimentícios, onde os coletores do látex foram subordinados a uma estrutura de aviamento, que é o nome dado às mercadorias dos comerciantes (aviador) entregues aos seringueiros (aviado) a crédito ou em troca de borracha (WEINSTEIN, 1993). Essa relação entre aviador e aviado tornou-se um símbolo, também um instrumento de controle sobre os aviados (seringueiros). Por esse instrumento o extrativista sempre ficava com um saldo devedor. Os preços dos gêneros alimentícios eram o mecanismo que garantia o controle e a dependência do aviado (seringueiro) ao patrão, impedindo assim o trabalho livre na Floresta Amazônica (TEIXEIRA, 2009). Os seringueiros eram proibidos de fazer plantios, mesmo para o autoconsumo, impedindo a autonomia em relação ao patrão.

Com o fim da era de ouro da borracha, a relação de dominação sobre o extrativista continuou na coleta da castanha, com o regime de toco, em que o extrativista era proibido de vender sua produção para outros comerciantes que não fossem o patrão e dono do castanhal onde eles se encontravam. O patrão possuía um controle rígido sobre os produtos como a borracha, a castanha e outros. Teixeira (2009) afirma que casamentos, batizados, extração de madeira, caça ou qualquer outra atividade não aconteciam sem o consentimento do patrão. Com o passar do tempo e a redução dos poderes dos patrões, que buscaram outras atividades, já que a borracha e a castanha não eram mais atividades rentáveis, surge o camponês das florestas, como classifica Almeida et al. (2002). Esses camponeses da floresta, descendentes de extrativistas com indígenas, passaram a “cultivar roçados de subsistência, criar animais domésticos e plantar algumas espécies de árvores frutíferas”, segundo o autor.

Esse ‘camponês da floresta’ dedica-se à produção prioritariamente para o autoconsumo e para a comercialização do excedente. Vincula-se fortemente ao atravessador ou intermediário, pela falta de estrutura de produção e comercialização. Entrega sua produção pelo preço estipulado pelo atravessador, por ter recebido dele mercadorias ou crédito. As dificuldades apresentadas no contexto histórico rural da Amazônia foram fatores que impulsionaram o êxodo rural, na região Amazônica, na segunda metade do século XX.

O processo de urbanização acelerado da cidade de Manaus é decorrente da falência do sistema agroexportador alicerçado na produção extrativa da borracha, que teve o seu auge no período de 1872 a 1920, quando começou o seu declínio em razão da concorrência dos plantios e produção asiáticos.

Oliveira et al. (2010) mostram que a migração para a capital amazonense iniciou no final da década de 1920, ocupando a margem do Rio Negro, em frente ao porto e ao mercado. Esses migrantes eram, principalmente, ex-soldados da borracha. Essa ocupação às margens do rio ficou conhecida como cidade flutuante e cresceu à medida que também crescia a crise, com o fim da exploração da borracha. A aglomeração populacional às margens do rio fez com que o estado vivenciasse outra crise, que foi a grande

cheia ocorrida no ano de 1953, desabrigando muitas pessoas. Os dados de Souza (2010) mostram que, entre 1964 e 1966, ocorreu uma redução de 195 flutuantes, porém com incremento de 1.612 moradores na região, conforme o Quadro 1, o que significa uma concentração média de 5,84 moradores por flutuante, superior às 4,56 em 1964.

Quadro 1: Período, evolução do número de flutuantes e habitantes por flutuante.

Ano	Número de flutuante	Número de moradores
1961	1.389	-
1964	2.145	9.788
1966	1.950	11.400

Fonte: Souza (2010).

Souza (2018) afirma que a “cidade flutuante se mostrava como um legado da decadência da economia da borracha e precariedade na cidade de Manaus”. Com o setor extrativista estagnado, a “maior parte da renda do estado era gerada pelo poder público, como contratante de serviços e pagador de salários”, tornando a cidade flutuante um local de refúgio para os extrativistas e agricultores desalentados do meio rural.

A cidade flutuante foi o prelúdio do nascimento da sociedade urbana amazonense, como consequência do desprezo e da ausência de políticas públicas para o interior do estado. O fim do extrativismo da borracha foi também o fim do mundo rural como espaço de vida, produção e garantia de alimento para a cidade. O abandono desse mundo rural produziu na capital amazonense um enorme déficit de infraestrutura física (habitação, saneamento, transporte) e de desenvolvimento social (educação, trabalho, renda, segurança, saúde) e também produziu uma grande desigualdade espacial e de renda (segregação urbana).



Figura 1: Visão aérea da cidade flutuante de Manaus, 1960. **Fonte:** Instituto Durango Duarte - IDD (2016).

Para além de seus efeitos socioeconômicos, a cidade flutuante surgia como uma última fronteira, uma zona de transição entre o rural e a cidade, uma tentativa de viver na cidade, fazendo o que sabia fazer na floresta e rios, até definitivamente conseguir condições para deixar a margem e se tornar urbana, seja em sua geração ou na futura. É por isso que Benchimol, no prefácio do livro *Aspectos Econômicos e Sociais da Cidade Flutuante*, de SERRA, Celso Luís Rocha e CRUZ, Wilson Rodrigues da, classifica de “hidróbio” o homem que chega à capital, já que, em uma reação instintiva, se deslocaria para os locais mais próximos ao ambiente

anterior “para se fixar nas casas palafitas nas beiras dos igarapés ou nas casas flutuantes” (SERRA et al., 1964).

Em meados dos anos 1970, no delineamento da ideia de um pretense projeto de modernização amazônica, alicerçado na Zona Franca de Manaus (ZFM), não havia mais espaço na mente dos idealizadores e não cabia uma “favela fluvial de Manaus”, no caso a cidade flutuante. Com essa percepção, o governador Arthur Cezar Ferreira Reis extinguiu, em 1967, a cidade flutuante, desabrigando milhares de pessoas. No entendimento do grupo político que estava no poder, as casas de tábua cobertas de palha, as palafitas e os flutuantes que margeavam o Rio Negro ofuscavam a beleza da paisagem da “Paris dos Trópicos”, como era denominada a cidade de Manaus no período auge do ciclo da borracha, segundo Ribeiro Filho (1999). A ideia do “Novo Amazonas”, política propagandista da época do governador Arthur Cezar Ferreira Reis, trazia embutida a ideia do novo e contribuía para a retirada das casas flutuantes, já que “incomodava o portal de entrada da cidade, dificultava o acesso da navegação e, principalmente, a implantação do projeto Zona Franca de Manaus” (RIBEIRO FILHO, 1999).

Para Santos (2001) a população da cidade flutuante foi “retirada e lançada à própria sorte”. Para a autora, a remoção foi determinada por aspectos políticos e econômicos relacionados à implantação da ZFM, que “necessitava de um cenário mais adequado à nova ordem da industrialização”. Essa população deslocou-se para o interior da cidade de Manaus, fazendo surgir vários novos bairros, em sua grande maioria ocupações, como, por exemplo, o Bairro da Compensa.

A urbanização promovida pela Zona Franca de Manaus

O período que vai de 1965 a 1980 na Amazônia, especialmente em Manaus, é caracterizado por um processo de expansão do capitalismo, no qual se monta uma infraestrutura, aliada a mecanismos políticos e um aparato legal, com o objetivo de tornar a capital do estado do Amazonas o centro econômico e industrial da região. Desta forma, estaria ocorrendo um alinhamento político e econômico com aquilo que havia sido definido e idealizado pelo regime militar pós-1964, que, “comprometendo-se com um modelo de expansão acelerada das relações capitalistas internas, viabilizou estratégias de integração territorial à dinâmica central de acumulação econômica” (OLIVEIRA, 1996).

Para Souza (1994), a criação do Distrito Industrial de Manaus (DIM) e do Livre Comércio da Zona Franca de Manaus (ZFM), com infraestrutura completa e vias de acesso, mostrou-se muito diferente do apoio dado à urbanização da cidade, que inevitavelmente atrairia muitas pessoas para Manaus. Para a autora, as indústrias do distrito “receberam terrenos a preços irrisórios, totalmente urbanizados, como nenhum conjunto habitacional supostamente para pessoas de baixa renda recebeu”.

Para Salazar (1985), no período anterior à Zona Franca de Manaus, a cidade não conhecia “os problemas de favelas urbanas, entendidas essas, *stricto sensu*, como invasão de terrenos, e conseqüentemente, autoconstrução de moradias dos mais variados padrões, utilizando sobras e resíduos de material de construção, dando um aspecto psicodélico às habitações”, apesar de existir, “como ainda existem em grande quantidade, os cortiços, “vilas” ou “estâncias” como aqui são conhecidas”.

Salazar (1992), em seu estudo referindo-se a casa própria e a moradia, afirma que “o crescimento

urbano de Manaus se deu... através de invasões na periferia”. O tema merece uma análise mais detalhada. Esse aspecto pode ser confirmado pelo fato de que “os cinco bairros mais populosos de Manaus, detectados no CDM-PSE/1988, Alvorada, Compensa, São José, Cidade Nova e Coroado que juntos detêm 224.036 pessoas, ou seja, quase 30 por cento da população, ainda nem existiam em 1966 e são áreas de populações predominantemente pobres” e nesses bairros a grande maioria das “casas próprias é encontrada em áreas de invasão, construídas da noite para o dia, o que não revela melhorias de condições habitacionais”.

Ehnert (2011), com base nos dados do IBGE/SIDRA, diz que a população do município de Manaus, no período de 1960 a 2010, “cresceu mais de 900%, saltando de 175.343 habitantes em 1960 para 283.673 habitantes em 1970, para 633.383 habitantes em 1980, 1.011.501 habitantes em 1991, 1.405.835 habitantes em 2000 e 1.802.525 habitantes em 2010” e, em 2019 foi estimada em 2.182.763 pessoas.

O crescimento acelerado da população urbana da cidade de Manaus, para Bentes (2014), foi motivado pelo sonho de melhorar de vida e pelo sentido de liberdade atribuído à vida urbana. É preciso reconhecer que, segundo Benchimol (1997), a Zona Franca de Manaus marca o desejo de “romper o quadro de estagnação e decadência secular de uma sociedade que, desde o fim do ciclo da borracha, estava enclausurada no tempo, isolada no longínquo espaço e imersa na desesperança e pobreza, após ter perdido grandes lideranças empresariais, políticas e profissionais”.

O efeito do processo acelerado de urbanização se reflete na mudança de hábito de consumo e na demanda crescente de bens, serviços e de produção e a exposição de problemas latentes, como “subemprego de mão-de-obra, favelização da moradia, carência de serviços básicos, etc.” (MOURA, 1990). Para Bentes (2014), Manaus não se encontrava preparada (e ainda deixa muito a desejar) “para atender as crescentes demandas por habitação, emprego, educação, saúde, e demais serviços urbanos, pois as riquezas produzidas na cidade não são distribuídas de forma que venha beneficiar a população de um modo geral”, somada a uma clara ausência de planejamento das ações do estado pelos governos federal, estadual e municipal.

O abandono do mundo rural amazonense e os agricultores da cidade de Manaus

O ano de 1966 marcou o início de uma ação mais efetiva do governo federal, de cunho centralizador e planejador, em que predominava a concepção do general Golbery do Couto Silva, de que a região era um vasto arquipélago, com necessidade de integração e ocupação (SILVA, 1981). Para o Amazonas, a ação de maior impacto, entre tantas planejadas, foi a criação da Zona Franca de Manaus, que “se constituía como um enclave tecnológico no meio da floresta, propiciado por grandes incentivos fiscais” (PRATES et al., 2011). A Zona Franca constitui um modelo de desenvolvimento capaz de mudar o “paradigma da economia tradicional (mercantil-extrativista), baseada na coleta de recursos da flora e da fauna e da cultura da juta para a produção de fibras têxteis”.

Para Maciel et al. (2003), os “impactos decorrentes da implantação do modelo ZFM no desenvolvimento do Amazonas, independentemente do mérito, se positivo ou negativo”, transformaram o estado. Essa transformação pode ser percebida na: a) redução da importância do setor primário para a

economia do estado; “b) crescimento populacional vertiginoso da cidade de Manaus; c) concentração das atividades econômicas na cidade de Manaus; d) estagnação econômica do interior; e) balança comercial deficitária; f) reestruturação das atividades econômicas do Amazonas”.

A redução da importância do setor primário pode ser auferida na simples observação da participação do produto interno bruto do setor primário. No período de 1972 a 1980, a participação do setor primário caiu de 17,78% para 7,20%, uma queda de aproximadamente 59%. Essa trajetória continuou nas décadas seguintes, chegando a 3,65% em 2010. Em 2014, segundo dados da SEPLAN, o PIB da agropecuária ficou em 5,98%, ou seja, há 34 anos ele estacionou abaixo de 8% do PIB geral¹.

Martiniano et al. (2016) observam que a indústria em Manaus provocou um “despovoamento das áreas rurais, deslocando para essa cidade uma população que buscava emprego e melhores condições de vida”, e, como consequência, ocorreu uma “crise na produção de alimentos pela redução considerável da produção agrícola, o que aumentou as importações de produtos básicos de alimentação”. Tal afirmação comprova que o abandono do setor primário construiu uma sociedade onde a capacidade do meio rural de prover o alimento para o setor urbano é insuficiente e insustentável. O abandono a que foi relegado esse setor fez com que não se conseguisse aproveitar as oportunidades na região. A isso Benchimol (1997) definiu como “razão de grandeza do país, espaço de manobra do futuro, a fronteira e o horizonte do seu crescimento, o poder escondido do amanhã”.

Com isso, o setor primário do “Amazonas não consegue avançar” e a sua produção “não se coaduna com as necessidades da população. Por essa razão o Amazonas (capital e interior) importa peixes, leite, laticínios, verduras, frutas, bebidas, feijão, frango, arroz, carnes, farinha e cheiro verde” e “o interior produz muito pouco, quase nada” (SILVA, 20015).

Em relação a Manaus, Melo (1990) afirma que a cidade sempre teve uma vocação urbana, desde sua fundação em 1669, quando servia de ponto de fixação aos colonizadores. Ela passou por um longo “período de estagnação, cerca de dois séculos, que somente iria terminar na segunda metade do século XIX, por volta de 1870, com a economia da borracha”. Nesse período da borracha, passou por uma “notória expansão da ocupação humana e da estruturação econômica, assim como toda a região amazônica”. Segundo a autora foi nesse período que “a cidade de Manaus passou a comandar, na Amazônia Ocidental, o sistema socioeconômico mercantil extrativista”. Segundo Melo (1990), nesse período a população de Manaus saltou de 5.000 habitantes em 1870, passando para 20.568 em 1890, 30.757 em 1900 e para 60.000 em 1907. Em 1907 passou a configurar entre as dez capitais mais populosas do País. Portanto, a cidade de Manaus não era um

...aglomerado resultante de um processo linear, iniciado com o surgimento de um núcleo populacional ribeirinho fundado no início da colonização da Amazônia Ocidental (2ª metade do século XVII), se trata de cidade que, não passando de 5.000 habitantes em 1870, veio a constituir, nitidamente, um marco expressivo da implantação, naquela parte do País, do sistema socioeconômico de modelo mercantil extrativista, apoiado sobretudo na produção da borracha. Consequentemente pode-se considerar a cidade em estudo, antes do mais, como um produto do período áureo da borracha. A segunda inferência é a de que, nessa

¹ O PIB ficou, em 2010, em 3,65%; em 2011 em 6,10%; em 2012 em 5,71%; 2013 em 6,22%; e em 2014 5,98%.

fase praticamente germinal da urbe manauara, a sua principal força de crescimento residia no exercício da função de entreposto. Função que a colocava como ponto de ligação entre o mundo externo (inclusive ou, principalmente, estrangeiro) e a vastíssima hinterlândia de onde, através da rede hidroviária, convergia a produção extrativa regional. (MELO, 1990)

Os dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a população rural, desde os anos 1960, é inferior a 13% da população do município, e com a implantação da Zona Franca de Manaus reduz a cada década, passando, em 1970, para 8,97%; em 1980 para 3,40%; em 1991 para 0,49%, chegando a ter sensível aumento em 2000 para 0,64%, voltando a cair em 2010 para 0,51% e, segundo estimativa, permanecendo em queda em 2019 para 0,42.

Os dados do IBGE mostram que, ao longo do período de 1960 a 2019, o crescimento populacional urbano da cidade de Manaus ocorreu não somente pelas taxas de natalidade, mas principalmente pela ampla contribuição das migrações, sendo que a migração interna do campo para cidade contribuiu de forma modesta, mínima. A grande contribuição foi da migração das cidades do interior e de outros estados do Brasil. Nazareth et al. (2011) afirmam, com base em Melo (1990), que a forte taxa de crescimento populacional de “Manaus na década de 1970, apresentava um componente vegetativo de 3,8% ao ano, superior mesmo ao da migração, sendo que a parcela desta última representava 3,6% ao ano”. Entretanto não se “deve esquecer... que parcela significativa dos nascimentos da década de 70 refere-se a filhos de migrantes, podendo ser entendida como um efeito indireto das migrações sobre o crescimento demográfico”.

No decorrer dos anos, os migrantes com moradia anterior em municípios de outros “estados correspondiam a 63,5% do total de migrantes e os internos do estado correspondiam à diferença, com 36,5% do total de migrantes. Entre os estados com maior número de migrantes residindo em Manaus estão: Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo (NAZARETH et al., 2011). Falcão et al. (2016), com base no censo 2010, chegaram à conclusão que “69,3% desses imigrantes são provenientes da própria região Norte, principalmente do interior do estado do Amazonas e do estado do Pará; 11,5% têm procedência na região Nordeste e 11,9% no Sudeste” e as “regiões Centro-Oeste e Sul representavam, respectivamente, 3,8% e 3,4% da procedência desses migrantes”.

Os dados sistematizados do IBGE mostram que a população de Manaus representa 52% dos habitantes do estado do Amazonas e é a sétima cidade mais populosa do País. A população rural de Manaus representa 0,42% do total da população desse município, equivalente à população da cidade de Itapiranga, AM, que tem 9.148 habitantes e é uma das três menores cidades do estado². Manaus, desde os anos 1960, detém uma população rural reduzida. Apesar disso é preciso destacar que pouco ou quase nenhum incentivo foi dado à produção agrícola ao longo do tempo. Tem-se a percepção, em determinados momentos, de que o rural de Manaus não pertence de fato à capital amazonense. Essa percepção vem da ausência de políticas públicas para o setor. Os habitantes da zona rural de Manaus parecem ser quase invisíveis.

O rural amazonense, pela sua imensidão, pela baixa densidade populacional, faz com que a população se estabeleça nas pequenas cidades, nos seus arredores, ou faz com que se formem os lindos

² A cidade de Japurá (2.755) é a que possui a menor população do estado do Amazonas, seguida de Itamarati, com 7.851 habitantes, e Itapiranga com 9.148 habitantes.

colares de habitações e de comunidades ribeirinhas ao longo dos rios. A população rural de Manaus sempre foi muito pequena proporcionalmente à população total, mesmo antes da aceleração da urbanização decorrente da Zona Franca de Manaus, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2: Evolução da população do município de Manaus, urbana e rural.

Ano	Urbana	%	Rural	%
1960	152.432	87,75	21.271	12,25
1970	283.685	91,03	27.937	8,97
1980	611.763	96,60	21.629	3,40
1991	1.006.585	99,51	4.916	0,49
2000	1.396.768	99,36	9.067	0,64
2010	1.792.881	99,49	9.133	0,51
2019 (1)	2.173.564 ¹	99,58	9.199	0,42

(1) Estimativa

Fonte: IBGE 1961-2020. Oliveira (2006).

A população rural do município de Manaus, nos últimos 59 anos, oscilou entre 12,25 e 0,42% do total de habitantes do município, considerando o período de 1960 a 2019.

METODOLOGIA

A pesquisa que está sendo apresentada é um estudo de caso realizada com agricultores que forneceram informações e dados para a realização das análises deste artigo. Os agricultores entrevistados residem na Bacia do Tarumã-Açu. Melo (2017) afirma que a bacia está localizada no estado do Amazonas, região Norte do Brasil, na margem esquerda do Rio Negro, a 20 km do centro urbano do município de Manaus, a “montante da cidade de Manaus. É formada por uma rede de drenagem de corpos d'água de diferentes magnitudes, cujas nascentes estão em uma área de expansão urbana importante”. A área de drenagem da Bacia é de 1.353,271 km² (COSTA et al., 2013).

Os dados do IBGE mostram que a Bacia (Figura 1) tem uma população de 12.053 habitantes. Para Melo (2017), as formas de uso e ocupações do solo tornaram-se “mais significativas a partir da década de 1980”, e sua intensidade está “diretamente relacionada à abertura das vias de circulação rodoviárias (BR-174 e AM-010), estradas não pavimentadas e vicinais principalmente na área do Assentamento do Tarumã-Mirim e na Área do Distrito Agropecuário da Suframa (DAS)”.

Somado ao sistema viário, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou o Assentamento Tarumã-Mirim em uma área de 42.910,76 ha, dividida em 1.042 lotes com agricultura familiar (INCRA, 1998); também o avanço da urbanização, com suas diferentes formas de uso tem acelerado a ocupação (BUHRING, 2010).

A área da Bacia do Tarumã é ocupada e usada por diferentes grupos sociais, como: assentados, empresários, condomínios residências, clube de lazer, empresários dos ramos industriais, hoteleiros e restaurantes, além de comunidades indígenas e agricultores familiares.

O estudo realizado analisou um grupo de 18 agricultores familiares, organizados em cooperativa, que têm sua área de produção na Bacia do Tarumã, zona rural da cidade de Manaus. Essa área sofre influência direta da urbanização. Dada a complexidade, optou-se por um estudo de caso. Como diz Yin (1986; 2005) é

uma estratégia que inicialmente não pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa, já que o fenômeno requer múltiplos métodos, fontes exploradas e descritas e uma descrição capaz de explicar o objeto dentro do contexto.

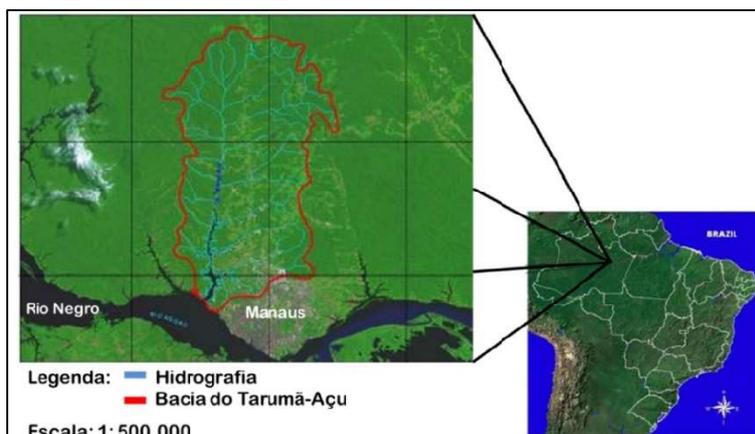


Figura 2: Localização da Bacia do Tarumã-Açu. **Fonte:** IPAAM (2004, citado por MELO, 2017).

Para Gil (2002), com o estudo de caso podemos: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitam o uso de levantamentos e experimentos.

Como na aceção de Gil (2002), a unidade “caso” pode ser ampliada de unidade-caso para uma família ou grupo social. Sendo assim, a unidade é a cooperativa e sua composição de 18 sócios, ou seja, uma organização, um conjunto de relações e uma comunidade rural amazonense.

Os dados e informações presentes no texto foram coletados por meio de leituras, principalmente de documentos técnicos, artigos, informações sociais, dados econômicos e agrônômicos, também obtidos de conversas com pesquisadores que estudam a questão, extensionistas rurais, lideranças comunitárias e agricultores da cooperativa. A forma e as técnicas de coleta de informações incluem pesquisa bibliográfica, visitas e entrevistas e questionários com perguntas abertas e fechadas. Essa forma possibilitou coletar dados que permitem uma análise dos desafios que envolvem a agricultura, em áreas que estão sobre a influência direta do espaço urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados gerais e caracterização da população das comunidades

Os dados coletados dos agricultores familiares que fazem parte das duas comunidades mostram que 61% dos agricultores vieram da cidade (zona urbana), ou de Manaus, ou de cidades do interior do Amazonas ou de outros estados do Brasil para o meio rural; 22% vieram de outros estados, também de área urbana, e somente 17% vieram de outras comunidades rurais. Nesse sentido, pelas informações prestadas, há indícios de que as migrações ocorreram pela falta de apoio às atividades agrícolas, pela ausência de logística e a

necessidade de facilitar o acesso a serviços básicos de que as pessoas necessitam.

Esses agricultores, antes de se estabelecerem nas comunidades rurais de Frederico Veiga e Novo Paraíso, tiveram um período de trabalho na zona urbana de Manaus, no polo industrial, algumas vezes de carteira assinada e outras vezes trabalhavam na informalidade. Muitos agricultores relatam que a 'insegurança' dos empregos³, o 'crescimento da violência urbana' e a 'agitação' na cidade são os principais fatores que motivaram a transferência para o rural.

Na composição dos agricultores há 52% de mulheres e 48% de homens. Em relação à faixa etária, 13% das pessoas tem entre 0 e 9 anos; 32% das pessoas têm faixa etária de 10 a 30 anos, que seriam os jovens; 18% tem entre 31 e 50 anos; 29% com mais de 50 a 65 anos; e 8% têm mais de 65 anos. Em relação somente ao gênero feminino, a faixa de 10 a 30 anos representa 30% do total desse gênero e 37% têm idade superior a 50 anos. O Quadro 3 mostra uma situação de equilíbrio em percentuais entre a população masculina e feminina em praticamente todas as faixas de idade.

Quadro 3: Faixa etária das famílias dos agricultores familiares (%).

Faixa etária	Masculino	Feminino
0 a 9	8	15
10 a 19	21	18
20 a 30	15	12
31 a 49	18	18
50 a 65	30	28
+ de 65	8	9

Na abordagem teórica sobre o urbano e o rural, referenciada anteriormente, diversos autores expõem que o estudo das relações entre o urbano e o rural tornou-se complexo, uma vez que o rural não pode mais ser confundido com o agrícola nem o urbano ser visto apenas como sinônimo de indústria. O estudo com as comunidades mostrou que 47% dos agricultores dedicam-se integralmente à agricultura e 53% deles desenvolvem outras atividades e dedicam parcialmente o tempo aos cultivos e atividades do meio rural. Dos que se dedicam em tempo parcial à propriedade, 57% trabalham também fora da propriedade.

Organização e sistema produtivo dos agricultores associados da cooperativa

Em 2016 os agricultores iniciaram a organização da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores das Comunidades Novo Paraíso e Frederico Veiga do Tarumã-Açu (Cooptarumã). A cooperativa surgiu da necessidade de acessar as políticas públicas para a organização e comercialização da produção agrícola. Foi legalizada somente em 2019. A cooperativa ainda está em processo de aprimoramento organizativo, definindo normas, formas de participação e outros procedimentos regulatórios necessários ao bom funcionamento.

³ A indústria da Zona Franca de Manaus (ZFM) já teve em 2013 mais de 120 mil empregados, porém, em 2018, somente 86.168 trabalhadores estavam empregados nas indústrias, somando os efetivos, temporários e terceirizados (CAVALCANTE, 2018).

O desafio da produção e comercialização

Quando se fala dos desafios da agricultura familiar do município de Manaus, AM, especificamente às duas comunidades estudadas, faz-se menção à implementação de um processo de produção em pequenas áreas, com agricultores que utilizam baixo nível de tecnologia e mecanização. Essas unidades agregam pouco valor aos produtos e comercializam em mercados tradicionais diretos, como as feiras de agricultores de Manaus. A cooperativa tem a função de ser o instrumento de mudança dessa estrutura e organização da produção (PIRES et al., 2009).

Em termos de produção, entre os cooperados há uma diversidade produtiva de cultivos destinada ao consumo e à comercialização. A pesquisa identificou 18 produtos que são produzidos ao longo do ano e que são consumidos pelas famílias, e parte dessa produção é comercializada. A cultura de maior expressão e que a grande maioria dos agricultores cultiva é a banana. Do total dos associados, 14 cooperados cultivam banana, cuja área total alcança 4,5 hectares. Na sequência, em ordem de importância de área cultivada, aparece o limão, cultivado por nove cooperados, tendo uma área total de 4 hectares. O rambutã é produzido por oito cooperados, alcançando uma área de 2,5 hectares, e o cupuaçu é produzido por sete cooperados, que somam uma área de 2,4 hectares.

A cultura da mandioca é desenvolvida por apenas três cooperados, que somam uma área de 6 hectares. A produtividade da mandioca na área cultivada, quando transformada em farinha, alcança 100 sacos de 60 kg de farinha, o que significa uma produtividade de 1.000 kg de farinha por hectare, isso representa em torno de um terço da produtividade da mandioca transformada em farinha no estado do Amazonas.

A diversidade produtiva mostra que a cooperativa precisa desenvolver um sistema de planejamento para produzir itens diversificados para maior segurança e sustentabilidade dos agricultores, garantindo a sua permanência, como também a diversificação de mercados, como o institucional e redes varejistas durante todo o ano.

Quadro 4: Espécies cultivadas pelos cooperados, área (ha) e produção relativa a 2018.

Culturas	N. de agricultores	Área plantada (ha)	Produção
Limão	09	4	70 sc/50 kg
Mandioca (farinha)	03	6	100 sc/60 kg
Cupuaçu (frutos)	07	2,4	500 unidades
Mamão (frutos)	02	0,2	150 unidades
Banana	14	4,5	9 toneladas
Macaxeira	04	2,25	700 kg
Rambutã	08	2,5	5.000 unidades
Pupunha (cachos)	02	0,2	300 cachos
Abacaxi (frutos)	01	0,15	350 unidades
Goiaba	03	0,2	-
Coco	03	3	-
Abacate	02	0,5	-
Graviola	01	1,2	-
Laranja	01	1,2	-
Manga	01	0,5	-
Pitaia	01	2,50	-
Cana-de-açúcar	01	0,25	-
Guaraná	01	0,09	-

Pode-se observar que, à exceção da macaxeira e da mandioca destinada à produção de farinha, as demais culturas são perenes e são frutas cultivadas, nativas ou amêndoas.

Além dos produtos de consumo diário, comercializados nos mercados atuais, há algumas frutas que podem ser encontradas, dependendo da época do ano, e que são demandadas por um nicho de consumidores, como o biribá, o ingá, o mari-mari e outros, como também é possível em determinado período encontrar o abacate, a goiaba e o caju. Em algumas propriedades há pequenos e rudimentares plantios de tomate, berinjela, rúcula e maxixe, fortalecendo a diversidade e o acesso dos compradores a produtos frescos e saudáveis.

A dinâmica das comunidades consiste na produção para consumo e comercialização, principalmente nas feiras consolidadas e organizadas semanalmente, nos bairros de Manaus e em shopping da cidade, pela Secretaria Municipal de Produção. Também há um mercado consolidado mediante uma extensa rede de familiares, amigos e vizinhos que adquirem a produção dos agricultores. No meio rural há uma diversidade grande de atores, como sítiantes, moradores rurais e outros, os quais lá vivem e têm emprego na cidade ou desenvolvem algum serviço ou atividade no meio rural, como caseiros ou funcionários de instituição governamental. Uma pequena parte da produção (4%) destina-se a restaurantes, como mostra o Gráfico 1.

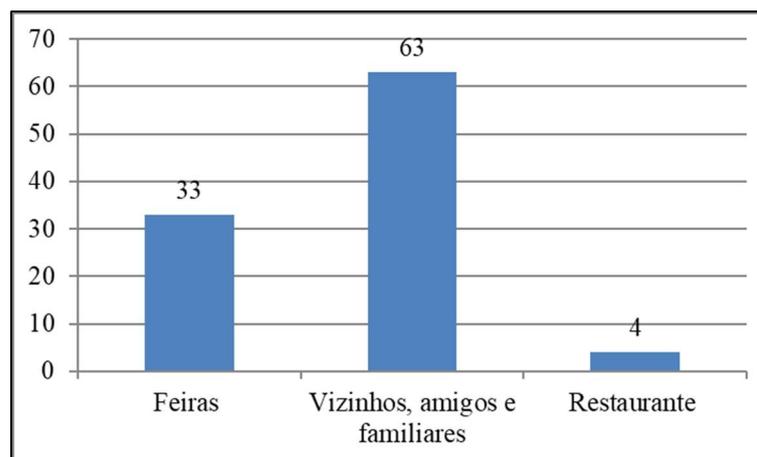


Gráfico 1: Destino da produção das comunidades, em percentual.

A maior parte da produção, conforme observado no Gráfico 1, vai diretamente para consumidores. Sendo assim, cabe uma ação da cooperativa visando potencializar tal mercado, que se constitui em um nicho de mercado com possibilidade de fidelizar os consumidores e assim garantir uma renda permanente aos agricultores, estabelecendo uma relação de ganhos mútuos.

Considerando o papel da cooperativa como agente viabilizador da comercialização e da agregação de valor da produção, considerando o quadro atual de produção, pensando no potencial de mercado para os produtos, e considerando a agregação de valor (agroindustrialização) da produção, a cooperativa, inevitavelmente, terá que estabelecer estratégias, junto com os associados, para a produção e comercialização in natura, escala de produção, tecnologia e distribuição da produção ao longo do ano, e também a definição de uma escala mínima de produção dos produtos destinados à agregação de valor pelo processamento. Produtos destinados à agregação de valor pelo processamento, este é o grande desafio dos

agricultores, individualmente ou por meio da cooperativa.

Existe um mercado real, estável e um mercado potencial para os produtos. Como ocorre no Sudeste e Sul do País, existe em Manaus uma tendência por produtos oriundos da agricultura familiar, onde é possível cultivar frutas, hortaliças e outros produtos (LANDAU et al., 2013). Como diz Bittencourt (2018), há o surgimento de mercados batizados como nichos “alternativos de comercialização”, que demandam produtos “tradicionais, que atendem crescente demanda por produtos artesanais (*slow food*) ou pelos aspectos éticos (*fair trade*), étnicos ou mesmo relacionados apenas com a sustentabilidade”. Sendo que para acessar esse mercado é preciso planejar, agir no sentido de estabilizar e adequar a produção nas propriedades, em relação ao volume a produzir, regularidade, logística e formas de pagamento dos produtos por ocasião da comercialização. Os mercados de comercialização direta (feiras, entregas), que eliminam atravessadores, permitem incluir esses produtos de alto valor biológico e cultural, conectando a produção da comunidade à tendência cada vez mais presente, que é: escolher os alimentos a partir de valores, confiança, crenças, intenções, envolvimento e experiências (JOMORI et al., 2008).

O papel da cooperativa pensando o agricultor e o consumidor

A criação da cooperativa em 2016 e todo o processo que permitiu a sua regularização em 2019 tiveram como fundamento a necessidade dos cooperados em tornar a agricultura uma atividade rentável, capaz de permitir aos seus associados, em uma escala mínima de produção, com um padrão de qualidade, gerar uma renda que propicie uma qualidade de vida minimamente digna para as famílias dos cooperados. A cooperativa cumpriu o papel de buscar parcerias. A primeira foi com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que contribuiu com a formação dos cooperados e indica modelos de planejamento e ações visando ao fortalecimento da organização. A Caritas Arquidiocesana de Manaus é outra parceira que tem contribuído e facilitado o acesso a redes de comercialização de economia solidária, projetos para aquisição de equipamentos entre outros. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), desde 2016, tem desenvolvido projetos de transferência tecnológica na comunidade, iniciou com a cultura do guaraná, disponibilizando materiais resistentes à doença e de alta produtividade, também possibilitou a capacitação dos agricultores nas culturas de citros, banana e mandioca.

O trabalho da cooperativa, em parceria com as instituições, tem mostrado um crescimento dos plantios nas propriedades, já que há a perspectiva de ampliar o processo de capacitação e conhecimento, bem como o acesso ao mercado consumidor. A pesquisa realizada mostrou que, de 2016 a 2018, houve um forte crescimento dos plantios nas unidades familiares. Esse fato mostra uma perspectiva de geração de renda dos agricultores e uma confiança na cooperativa e na possibilidade de mudança de vida.

A existência de um grande centro consumidor urbano próximo, como é a cidade de Manaus, é uma oportunidade para a comercialização dos produtos e geração de renda para as famílias. Permite a construção de estratégias relacionadas ao acesso a esse imenso mercado potencial consumidor da cidade de Manaus. O estudo mostrou algumas oportunidades que podem ser aproveitadas e também os limites que precisam ser superados para a transformação da agricultura das comunidades em atividade rentável.

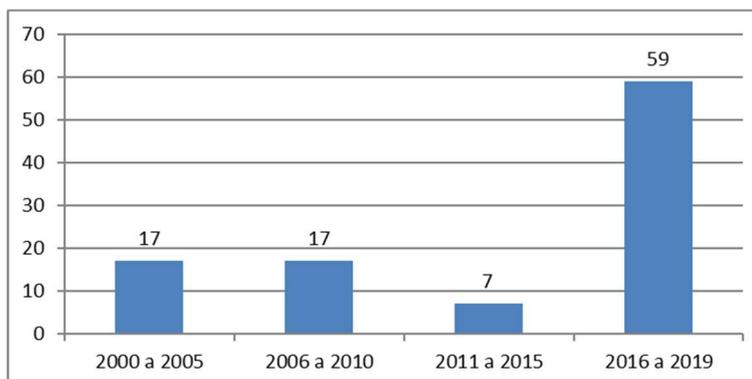


Gráfico 2: Crescimento das áreas plantadas (%) nas unidades familiares de produção, por período.

A geração de renda e estrutura fundiária diante de uma nova realidade

Para acessar a comunidade de Novo Paraíso e Frederico Veiga pela BR-174, no Km 8, é preciso que se percorram 16 km de ramal, com estrada de chão, passando em frente a um grande número de sítios e moradias destinados ao descanso de muitas famílias manauaras. A existência desses sítios faz com que a assistência técnica e extensão rural oficial, por desconhecimento, tratem os agricultores como sítiantes, e não como agricultores, não prestando assim assistência técnica, o que os deixa impossibilitados de acessar políticas e benefícios destinados ao fortalecimento da agricultura e produção. A falta de acesso às políticas públicas dificulta a regularização fundiária, por exemplo. Sem a titulação da terra os agricultores têm mais dificuldades de acessar crédito e de obter a carteira de agricultor. A carteira comprova a atividade rural. Somente 28% possuem a carteira de produtor, que entre outros benefícios:

(...) concede isenção de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos para o uso na produção de atividades agropecuárias, pesqueiras e florestais, no Amazonas; Dispensa da cobrança de ICMS antecipado nas aquisições de insumos agropecuários em outros Estados; Proporciona desconto de energia elétrica junto a operadora, mediante o cadastro e a vistoria da empresa de energia elétrica; O produtor poderá utilizar notas fiscais Modelo 04 (Produtor Rural) sem o destaque do ICMS.

Durante o processo de aposentadoria, é indispensável a apresentação da Carteira do Produtor Rural no INSS, que comprovará o tempo trabalhado no setor primário. (IDAM, 2010)

Em relação à Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) somente 39% possuem; a maior parte, 67%, não conseguiu, mesmo contratando técnicos privados, realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A ausência de documentos necessários ao acesso a políticas de fortalecimento da agricultura é um dos entraves, fator limitante e desafio para a cooperativa.

A pesquisa mostrou, também, que 38% dos cooperados têm como principal renda a agricultura. Mesmo os agricultores que têm alguma renda de outras atividades dedicam-se à agricultura. Além da agricultura, os agricultores têm outras fontes de renda: 28% têm aposentadoria, 11% trabalham como diaristas, 6% têm atividade em comércio e 17% recebem salário e desenvolvem agricultura, têm um rendimento fixo, a agricultura é somente um complemento. Todos produzem para o consumo da família. As atividades geradoras de renda podem ser vistas no Gráfico 3, abaixo. Ao longo das entrevistas foi possível identificar, além dos já apontados, dois fatores limitantes e fundamentais, sem os quais não se consegue

desenvolver a agricultura e gerar renda: o acesso a tecnologias e as políticas públicas para a produção. Dadas as limitações já postas, os agricultores não se viabilizarão de forma individualizada, o acesso aos mercados e a consolidação de uma agricultura sustentável passa necessariamente pela ação coletiva, que é resultado de um processo de organização, um conjunto de mecanismos que “estabilizam um ambiente potencialmente instável e conflitivo, permitindo construir a cooperação e a coordenação da ação que envolve atores com diferentes condutas”, locais ou não com predisposição para a solução de problema e busca na cooperativa sinergia necessária para tal alcance (ALVES et al., 2015).

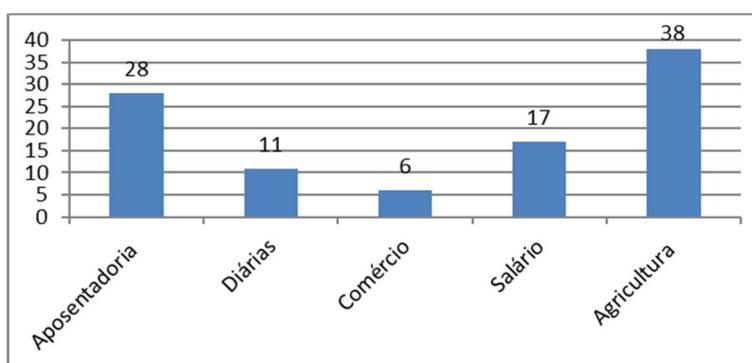


Gráfico 3: Principais atividades geradoras de renda dos associados da cooperativa e percentual dos que se dedicam a elas.

A tecnologia agropecuária é fundamental para aprimorar o sistema produtivo das comunidades. Principalmente é necessário potencializar, intensificar a produção das áreas das unidades de produção, cujo tamanho dos lotes é inferior a 5 ha, o que impede o aumento da produção pela expansão de área (Gráfico 4). Desta forma, a implementação de um sistema diversificado de produção, com espécies que produzam de forma regular e escalonada ao longo do ano, é muito importante. Como parte do aproveitamento dessas áreas é possível fazer o enriquecimento dos pomares e recompor áreas com culturas que tenham demanda comercial. Essas ações podem contribuir para o desenvolvimento do conjunto da comunidade. A tecnologia precisa ser de fácil entendimento e aplicação, que garanta a recomposição da fertilidade de solos, que seja de fácil acesso, que permita o acesso a conhecimentos sobre o sistema de produção e o manejo de pragas e doenças (SOUZA et al., 2017).

A pesquisa mostrou anteriormente os entraves que os agricultores enfrentam para acessar as políticas públicas de apoio à produção. É a situação dos agricultores do Amazonas, mas nas duas comunidades há agravantes que impedem o acesso às políticas de apoio ao meio rural, como a falta de titulação da terra. A superação desse problema de acesso a políticas passa necessariamente pelo fortalecimento da cooperativa, que pode se tornar o instrumento de articulação e viabilização do acesso às políticas públicas de apoio à produção. É uma forma de resgate da dignidade do agricultor familiar. As comunidades necessitam ampliar o poder de participação, de incidência interno e externo às comunidades, em redes e fóruns e, assim, garantir o interesse social e que atenda a diversidade e diferenças das comunidades rurais. Neste caso, o desafio é incidir sobre as políticas que visem ao desenvolvimento humano e social, em plena harmonia com o ambiente, numa perspectiva de ampliar a participação dos atores que compõem as comunidades (ASSIS, 2006).

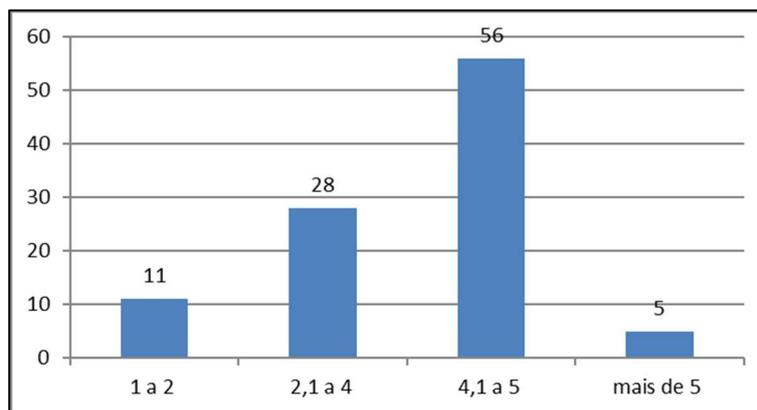


Gráfico 4: Estratos de área (ha) e percentual dos estabelecimentos de cada estrato, das comunidades de Novo Paraíso e Frederico Veiga, Manaus, AM.

A proximidade do mercado e as mudanças no mundo rural como oportunidades

As comunidades de Frederico Veiga e Novo Paraíso se deparam com problemas de diversas ordens para gerar renda pela agricultura, porém encontram um imenso mercado próximo, que é a cidade de Manaus. Nesse sentido, o mercado disponível é a grande oportunidade para gerar renda.

No âmbito da produção, a proximidade da cidade permite às comunidades a oportunidade de acessar um nicho de mercado para pessoas que desejam alimentos frescos e saudáveis. A proximidade com o mercado consumidor de Manaus, apesar das dificuldades no processo produtivo, é decisiva para as estratégias dos agricultores. A “proximidade geográfica é típica dos mercados locais e regionais, que se caracterizam pela circulação de produtos frescos, elaborados artesanalmente e comercializados em pequenas quantidades, em comparação ao conjunto do abastecimento alimentar” global (GELBCKE et al., 2018). Aliado à questão da proximidade e ao acesso aos mercados, o debate com a sociedade e o poder público é muito importante, sobre a sustentabilidade e a permanência dos agricultores e suas famílias nas comunidades rurais.

Um segundo aspecto a ser considerado, que também está relacionado a comercialização dos produtos agrícolas, lazer e ambiente, é a busca do espaço das comunidades com a finalidade de lazer, passeio, descanso, convívio com o ambiente e outros. O espaço rural não é somente um espaço agrícola. Nesse espaço há novas demandas de atividades – o turismo, a caça, a pesca e outros serviços – para pessoas que vivem por temporada nas comunidades. Essa nova situação cria outras demandas, que precisam ser entendidas pelos agricultores.

Esse novo arranjo do espaço e ambiente rural demanda novos produtos (frutas, pequenos animais, hortaliças, etc.), cria nichos para produtos específicos. Os produtos específicos, as possibilidades de usufruir do lazer e do ambiente, com o tempo, também passam a ser demandados por outros consumidores do grande centro urbano de Manaus. Abre-se, desta forma, um conjunto de oportunidades que precisam ser analisadas e planejadas pela cooperativa e pelas comunidades.

A proximidade com a cidade, além de relações comerciais, oportuniza aos agricultores frequentar as instituições de ensino, pesquisa e extensão, além de organizações sociais, o que constitui uma condição

ímpar, considerando a realidade de milhares de agricultores dispersos em múltiplas comunidades, à beira dos rios da Amazônia e territórios longínquos no maior estado da federação brasileira. Considerando sua situação geográfica, a cooperativa pode construir com as instituições de pesquisas, ensino e extensão uma relação e via de mão dupla, na qual pesquisadores, professores e extensionistas vivam a práxis do conhecimento científico, com possibilidade de articular teoria e prática nas atividades agropecuárias e socioeconômicas. As comunidades, por sua vez, poderiam ter acesso aos conhecimentos gerados e sistematizados nas instituições, estabelecendo uma troca de saberes, o científico e o popular.

Ao propor maior interação dos associados com o conhecimento científico, a cooperativa agrega ao seu sistema produtivo a confiança epistemológica e a possibilidade de superar fatores de incerteza e insegurança ao seu sistema produtivo. A interação propicia, também, um diálogo com a academia sobre as perspectivas do agricultor, suas tradições, seus conhecimentos, seu modo de vida. Nesta perspectiva, a cooperativa tem a função de atuar como agente articulador dos diálogos entre saberes, contribuindo, desta forma, para superar as visões e pressupostos lineares e descontextualizados sobre a vida rural. Contribui para que experiências individuais e coletivas gerem novas visões, oportunidades, tecnologias e inovações.

CONCLUSÕES

Os agricultores das comunidades estudadas dependem da viabilização de um sistema de produção capaz de gerar uma renda satisfatória para as famílias. Essa renda passa pelo fortalecimento e intensificação de sistemas de produção agrícolas e da estruturação de atividades capazes de contribuir para geração de renda, como a agregação de valor e o desenvolvimento de atividades e serviços não agrícolas. Para o desenvolvimento da agricultura os agricultores encontram problemas de infraestrutura e apoio para a intensificação da produção agrícola. Paradoxalmente, dentro de um estado com as dimensões do Amazonas, nas comunidades de Novo Paraíso e Frederico Veiga, o tamanho dos estabelecimentos é muito pequeno, faltam políticas de apoio para a regularização fundiária, melhoria da infraestrutura de acesso às comunidades, falta assistência técnica, tecnologias e crédito rural.

A região, localizada próxima à cidade de Manaus, caracteriza-se por ser um espaço rural, mas não puramente agrícola. Essas condições e fatores trazem dificuldades, mas também geram oportunidades, quando se trata de inserção social nos mercados para a comercialização dos produtos e a geração de renda. Há, nesse caso, uma demanda por produtos agrícolas, serviços e atividades não agrícolas, decorrentes de ambiente, lazer e turismo, que acabam se transformando em oportunidade de geração de renda para os agricultores. As duas comunidades pesquisadas fazem parte deste contexto.

As comunidades de Novo Paraíso e Frederico Veiga criaram a Coopitarumã com o objetivo de fazer frente às dificuldades encontradas e, nas áreas disponíveis das unidades de produção, implementar uma agricultura sustentável, dotá-la de tecnologias sustentáveis, que através dela se promova uma inserção social nos mercados da cidade de Manaus, gerando renda e segurança alimentar para as famílias dos associados.

Os agricultores em torno de uma cooperativa têm um conjunto de desafios que, se conseguirem superar, estarão promovendo um processo de desenvolvimento sustentável nas comunidades. O primeiro

desafio é o de promover o avanço tecnológico e tornar a agricultura uma atividade sustentável e geradora de renda para as famílias. Para isso precisará se fortalecer enquanto instituição, articulando apoio de outras instituições, urbanas e rurais, para superar os entraves de ordem política e de acesso a políticas públicas. Também, em razão da pequena escala de produção por causa do tamanho reduzido das unidades produtivas, precisa promover a agregação de valor dos produtos da agricultura. Esse é outro desafio. Como parte do fortalecimento da agricultura, a cooperativa tem o papel político e social de promover, articular, buscar espaço para a inserção dos produtos dos associados nos mercados sociais da cidade de Manaus. O estabelecimento de redes de cooperação de agricultores produtores com consumidores fidelizados, 'com rostos conhecidos', em diferentes tipos de mercados sociais, solidários, fortalecerá a agricultura local. No que diz respeito à agricultura, o desafio da cooperativa e dos cooperados é a organização da produção, agregação de valor e o acesso aos mercados.

A estrutura fundiária existente dificulta a viabilização de algumas unidades de produção, pelo reduzido tamanho. O desafio da cooperativa, neste caso, é articular, promover a estruturação de um conjunto de produtos, serviços e apoios visando fortalecer o lazer, o turismo, o ambiente almejando a geração de trabalho e renda complementar para muitas famílias de cooperados e moradores.

O desafio para a cooperativa é entender as transformações que estão acontecendo no rural, é aproveitar as oportunidades existentes para a geração de renda sustentável que respeite o ambiente e torne o meio rural dessas comunidades um lugar bom para se viver, para os moradores, cooperados, visitantes e sítiantes.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R.. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ALMEIDA, M. W. B.; COSTA, E. M. L.. As colocações. In: CUNHA, M. M. C.; ALMEIDA, M. W. B.. **Enciclopédia da Floresta: O Alto Juruá: conhecimentos e práticas das populações**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p.138-186. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200009>

ALVES, M. O.; BURSZTYN, M.; CHACON, S. S.. Ação Coletiva e Delegação de Poder no Semiárido Nordeste: papel de lideranças locais e assessores externos numa comunidade rural. **RESR**, Piracicaba, v.53, n.03, p.409-432, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303003>

ARAÚJO, F. A. V. A.; SOARES, B. R.. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v.4, n.7, p.201-229, 2009.

ASSIS, R. L.. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v.10, n.1, p.75-89, 2006.

BENCHIMOL, S.. **Zona Franca de Manaus: polo de desenvolvimento industrial**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

BENCHIMOL, S.. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Codeama, 1977.

BENTES, N.. **Manaus: realidade e contrastes sociais**. 2 ed. Manaus: FAPEAM, 2014.

BITTENCOURT, D.. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Embrapa, 2018.

BLUME, R.. **Território e ruralidade: a desmitificação do fim do rural**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BÜHRING, R.. **Estudo da Dinâmica de uso do solo e cobertura vegetal e elaboração de uma proposta de zoneamento para a Bacia Hidrográfica do Tarumã, Manaus-AM**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

CARMO, R. M.. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, v.11, n.21, 2009.

CARNEIRO, M. J.. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. **Anais**. Natal: SOBER, 1997. p.147-

185.

CAVALCANTE, L.. **Em declínio**: Polo Industrial de Manaus perde mais de 33 mil empregos em cinco anos. Manaus: A Crítica, 2018.

EHNERT, A. R. V.. **A Região Metropolitana de Manaus e as migrações pendulares**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: <http://doi.org/10.11606/D.8.2012.tde-17082012-09410>

ENDLICH, Â. M.. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M.. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.11-31.

FALCÃO, K.; BERTHO, A. C. S.. Uma análise da distribuição dos imigrantes no município de Manaus por origem e escolaridade a partir dos dados do censo demográfico de 2010. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 7; ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20. **Anais**. Foz do Iguaçu, 2016.

GELBCKE, D. L. L.; ROVER, O. J.; BRIGHTWELL, M. G. S. L.; SILVA, C. A.; VIEGAS, M. T.. A 'proximidade' nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis, SC, Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.26, n.3, p. 539-560, 2018. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v26n3>

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ, S.. Nueva Ruralidad (fundamentos teóricos y necesidad de avances empíricos). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 'EL MUNDO RURAL: TRANSFORMACIONES Y PERSPECTIVAS A LA LUZ DE LA NUEVA RURALIDAD'. **Anais**. Valdivia, 2003.

IDAM. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas. **Cartão do Produtor Primário**. Manaus: IDAM, 2010.

IDD. Instituto Durango Duarte. **Visão aérea da cidade Flutuante de Manaus**. IDD, 1960.

JOMORI, M. M.; PROENÇA, R. P. C.; CALVO, M. C. M.. Determinantes de escolha alimentar. **Revista Nutrição**, Campinas, v.21, n.1, p.63-73, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000100007>

LANDAU, E. C.; GUIMARÃES, L. S.; HIRSCH, A.; GUIMARÃES, D. P.; MATRANGOLO, W. J. R.; GONÇALVES, M. T.. **Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013.

MARQUES, R. J.. **Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências**. Tese (Doutorado em Geografia humana regional centro de estudos geográficos regionais) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

MARTINIANO, C. A. A.; RODRIGUES, P. C. A.. Política de incentivos fiscais do Amazonas e o crédito estímulo florestal. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v.21, n.4867, 2016.

MELO, M. L.. 1ª Parte: Estudo Geo-Sócio-Econômico. In: MELO, M. L.; MOURA, H. A.. **Migrações para Manaus**. Recife:

FUNDAJ, 1990.

MELO, S. F. S.. **Gestão de Recursos Hídricos no Estado do Amazonas**: o caso da Bacia do Tarumã-Açu. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MOSSAQUIM, N. G.; COLAVITE, A. P.. Entre o urbano e o rural: uma paisagem de interface em Corumbataí do Sul/PR. **Rev. GEOMAE**, v.4, n.2, p.53-73, 2013.

MOURA, H. A.. 2ª Parte: Aspectos Sócio-demográficos. In: MELO, M. L.; MOURA, H. A.. **Migrações para Manaus**. Recife: FUNDAJ, 1990.

NAZARETH, T. C.; BRASIL, M.; TEIXEIRA, P.. Manaus: crescimento populacional e migrações nos anos 1990. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v.121, p.195-211, 2011.

OLIVEIRA, A. U.. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M.. **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.29-70.

OLIVEIRA, J. A.; GURGEL, N. I. F.. Moradias em áreas inundáveis: as intervenções do prosamim em Manaus: Zona Oeste. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE, 2. **Anais**. Belém, 2010.

OLIVEIRA, K. M. M. T.. **Crescimento populacional**: a correlação entre educação, número de filhos e renda per capita do estado do Amazonas no ano de 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

OLIVEIRA, L. A. P.. Dinâmica populacional e social na região amazônica. In: MOURA, H. A.. **A pesquisa social na Amazônia**: avanços lacunas e prioridades. Recife: Massangana, 1996.

PIRES, M. L.; CAVALCANTI, J. S. B.. Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.. **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C.. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Econ. Soc.**, Campinas, v.20, n.3, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000300006>

RIBEIRO FILHO, V.. **Mobilidade residencial em Manaus**: Uma análise introdutória. Manaus: Edua, 1999.

RUA, J.. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, 2006.

SALAZAR, J. P.. **O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SALAZAR, J. P.. **O abrigo dos deserdados**: estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

SANTOS, C. C. B.. O Movimento por moradia na cidade de Manaus: análise de sua trajetória. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 17. **Anais**. Lima: Escuelas de Trabajo Social, 2001.

SERRA, C. L. R.; CRUZ, W. R.. **Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante**. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.

SILVA, G. S.. **Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, J. G.. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, O. A.. Debate: o desenvolvimento rural integrado do Amazonas. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v.1, n.5, p.240-244, 2015.

SOUZA, F. S.. **Os movimentos sociais pelo solo urbano na cidade de Manaus: tendências e desafios**. Manaus, 1994

SOUZA, G. F.; OLIVEIRA, M. Z. A.; NUNES, F. O.; CASTRO, M. S.. Identificação de pragas e doenças em sistemas de produção em transição agroecológica na comunidade Tanque Senzala, em Santo Amaro, Bahia. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 21; FEIRA DE SANTANA; SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UEFS, 21. **Anais**. Feira de Santana, 2017. p.1851-1854. DOI: <http://dx.doi.org/10.13102/semic.v0i21.2359>

SOUZA, L. J. B.. A 'Cidade Flutuante' de Manaus: rediscutindo conceitos. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, v.3, p.148-165,

2010.

SOUZA, O. T.; ALVIM, A. M.; HOPPE, L.; MARTINS, L. M.; PASQUETTI, G. G.. Meio Ambiente e Desenvolvimento na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma abordagem a partir do espaço rural. **Política & Sociedade (Online)**, v.12, p.137-157, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2013v12n23p137>

SOUZA, R. F.. **Urbanização sobre as águas: um panorama das intervenções do Prosamim em Manaus**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TEIXEIRA, C. C.. **Servidão humana na selva**. O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Edua, 2009. DOI: <https://doi.org/10.17563/somanlu.v12i1.469>

WEIGER, J. E.. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.3, n.1, p.123-149, 2007.

WEINSTEIN, B.. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Edusp, 1993.

WOORTMAN, K.. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: UNB, 1990, p.11-76

YIN, R.. **Case study research: design and methods**. London: Sage, 1986.

YIN, R. K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.